



O ser humano e o espaço: uma interpretação holística

The human being and space: a holistic interpretation

Thiago Pedrosa Mattos*

*Graduado em História (Bac/Lic) pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – campus de Franca-SP. Atualmente, mantém vínculo com a Universidade Estadual de Campinas, no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, em nível de Mestrado.

Resumo

Este trabalho tem a proposta de fazer uma breve análise da percepção de espaço pelo ser humano ao longo de sua trajetória. As análises navegam diante de várias formulações interpretativas sobre o espaço, sob uma ótica científica interdisciplinar. Além dessas considerações, há uma breve reflexão sobre a ocupação e distribuição do espaço no Brasil, da colonização ao período republicano atual.

Palavras-chave: Space. Habitation. Wealth.

Abstract

This work has proposed to make a brief analysis of the perception of space by human beings throughout his career. The analysis sail on several interpretive formulations about the space under an interdisciplinary scientific perspective. Beyond these considerations, there is a brief reflection on the occupancy and distribution space in Brazil, from colonization to current Republican period.

Keywords: Space. Habitation. Wealth.

Introdução

Em primeiro lugar, o autor gostaria de mencionar que as reflexões realizadas no desenvolvimento deste trabalho só foram possíveis pelas apreensões teóricas e metodológicas adquiridas através das observações realizadas pelo Prof^o. Dr. Lauro Luiz Francisco Filho, na condução do curso de “Planejamento das Cidades de Pequeno Porte”, do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Campinas, realizado no primeiro semestre de 2014.

Sendo assim, as exposições cognoscitivas acerca do relacionamento entre o ser humano e o meio natural seguirão, aqui neste trabalho, os possíveis vestígios sobre desdobramentos e condições históricas que impulsionaram a construção de sociedades civis, fundamentadas na propriedade, bem como seu desenvolvimento e contradições posteriores.

Através das ações e sensações daquilo que pode

ser denominado por necessidade, entende-se que as relações entre os seres humanos – por uma percepção holística do comportamento desde tempos mais remotos – são equacionadas visando o alcance daquilo que entendemos por primordial ou essencial à vida, por intermédio: da vontade individual – estabelecida através do poder de controle sobre um grupo, ou por meio de uma liberdade horizontal; da vontade coletiva – alicerçada na tradição e aliada ao sentimento de pertencimento social - ou através de uma Oligarquia, que procura a centralização do poder, criando posições subalternas estabelecidas mediante a coercitividade. É através da posição ocupada, dentre os múltiplos espaços, que o indivíduo consegue ou não realizar a satisfação de suas necessidades em maior ou menor intensidade.

Porém, alguns elementos são essencialmente necessários para a manutenção da vida humana e sua dignidade, sendo proporcionalmente equi-

1. Através das orientações metodológicas sobre a duração da temporalidade histórica, vincula-se, aqui, às percepções Braudelianas, pois “Se a história está destinada, por natureza, a dedicar uma atenção privilegiada à duração, a todos os movimentos em que ela pode decompor-se, a longa duração nos parece, nesse leque, a linha mais útil para uma observação e uma reflexão comuns às ciências sociais” (BRAUDEL, F., 2005, p.75).

2. CLARK, G., 1962.

3. DARWIN, C., 1987.

4. Falar em *povos primitivos* é buscar remontar os estágios iniciais do desenvolvimento hominídeo. Porém, pelo distanciamento temporal, as análises precisam contemplar uma multiplicidade de desdobramentos, para que não sejam cometidos erros conceituais que estreitem aos primitivos a ideia de tosco, parvo, ignorante. Na realidade, precisamos estabelecer observações que permitam entender o primitivo como primeiro, primordial, original, para que seja possível estabelecer conexões entre nossa atualidade ao passado distante. A vida primitiva não era estática, visto que havia uma rede dinâmica de relações, entre o desenvolvimento intelectual, emocional e étnico. (BOAS, F., 2010, p.137).

valentes aos costumes impregnados por práticas coletivas cristalizadas, além de outras que são assimiladas ao longo do tempo, dinamizando e maleabilizando o que é ou não imprescindível às pessoas. Mas, independentemente das sociedades ou de suas temporalidades, alguns elementos permanecem fixos, enquanto primordiais, tal como a habitação. Anteriormente, talvez esse assunto não seria necessário, enquanto observação científica; morar não era uma conjugação verbal lucrativa e especulativa, e, se hoje é, em algum momento passado esquecemos de sua utilidade real e a abstraímos em econômica.

A organização do pensamento expresso nas linhas abaixo foi estimulada a partir da formulação de um esquema de relacionamento, que visou analisar múltiplas formas de compreender o espaço. À medida que o conhecimento abstrato foi sendo desenvolvido, a atividade intelectual permitiu a “criação de espaços relativos” que facilitariam na compreensão da vida em sociedade. Sendo assim, as análises realizadas foram fundamentadas, metodologicamente, na temporalidade histórica de longa duração¹.

Entre o lugar e o espaço: do Primitivo à Relatividade

Na tentativa de remontar a vida dos primatas à composição atual do *homo sapiens*, considerando o relacionamento com o meio natural, Grahame Clark² desdobra a completa intempérie do período Plistoceno, demonstrando a dificuldade

do progresso ancestral humano, com relação às necessidades de sobrevivência em um ambiente completamente hostil. O que é cabível nestas linhas, acerca deste debate, é que o surgimento do ser humano, enquanto sua composição atual, deveu-se a uma série de fatores ligados à adaptabilidade biológica³, para que fosse possível resistir aos períodos glaciais. À medida que as condições climáticas se tornaram mais amenas é possível perceber, ao passo evolutivo da espécie - corroborado por vestígios e interpretações arqueológicas - que houve um desenvolvimento cultural que favoreceu os seres humanos com relação ao seu ambiente, considerando-se que este já estava bem regular. E, pelo aprimoramento gradual de suas ferramentas e utensílios, desenvolveu uma capacidade acumulativa de conhecimento, que possibilitou a construção de uma consciência sobre si e sobre os outros, e, portanto, sobre o *lugar*, algo que subsidiou de forma simples o impulso ao surgimento dos primeiros organismos sociais.

Descobrir a natureza é o ponto fundamental do indivíduo primitivo⁴, e é através das características geográficas em cada região - somatizados às devidas utilizações da natureza, na luta pela sobrevivência - que os seres humanos conseguiram escolher os elementos básicos fundamentais para facilitar e permitir sua existência, sendo esses coeficientes proporcionalmente variáveis, conforme o relacionamento entre os agrupamentos e seus *lugares* distintos.

Porém, na observação dos agrupamentos anteriores às origens das Civilizações, o sentido do *espaço*, enquanto *lugar*, não estava vinculado com noções abstratas, pelo contrário. O que reforça ainda mais a ideia de que concepção e apropriação do *espaço geográfico*, enquanto propriedade, é análogo às prioridades características humanas iniciais:

Na visão primitiva, a terra não é algo que pode ser dividido em partes e vendida como lotes. A terra não é uma parte do espaço existindo dentro de um sistema maior. Pelo contrário, ela é vista em termos de relações sociais. As pessoas, como uma parte da natureza, estão intimamente ligadas à terra. Pertencer a um território ou a um lugar é um conceito social que exige, primeiramente e antes de tudo, pertencer a uma unidade social. A terra, por si mesma, está em poder do grupo como um todo. Não é privativamente dividida nem possuída. Além disto, ela é viva como os espíritos e a história das pessoas, e os lugares sobre ela são sagrados⁵.

Essa máxima esclarece a particularidade da relação inicial dos seres humanos com o espaço, que, por sua vez, era algo indissociável da matéria. Os indivíduos nesse período não distinguiram espaço de natureza. Na realidade, não há o espaço, há o lugar. Em momentos mais primitivos, os indivíduos tinham uma relação real, concreta e indissociável com o local, pois ainda não tinham demonstrado a habilidade abstrata de percepção deste elemento.

Através do aprendizado, quanto à conservação do fogo, do aprimoramento técnico para caçar e posteriormente o desenvolvimento agrícola, comercial e, atualmente, o industrial, a espécie humana agregou-se e fragmentou-se. De certo modo, o ser humano inicia um condicionamento do ambiente, vinculando a dominação deste às suas prioridades, talvez não tão individuais, mas seu controle permitiria, posteriormente, uma condição melhor em relação aos alienados.

Pela necessidade de controlar uma parcela do lugar, e, portanto, seus prováveis recursos, o desenvolvimento do relacionamento humano construiu a ideia de pertencimento individual, característica originária da sociedade civil. E sua constante organização possibilitou, desde as origens dos organismos sociais, uma distinção real entre os que possuem ou não o acesso ao poder de controle:

O primeiro que, tendo cercado um terreno, atreveu-se a dizer: Isto é meu, e encontrou pessoas simples o suficiente para acreditar nele, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil (...) essa idéia de propriedade, dependente de muitas idéias anteriores que só puderam nascer sucessivamente, não se formou de uma só vez no espírito humano. Foi necessário fazer-se muitos progressos, adquirir-se muito engenho e luzes, transmiti-los e aumentá-los de século em século, antes de se chegar a esse derradeiro limite do estado de natureza⁶.

5. SMITH, N., 1984 apud SACK, Robert., 1980, p.112.

6. ROUSSEAU, J., 2005, p.203.

Dessa forma, pode-se apreender, na ótica rousseauniana, que o intuito e a necessidade sobre o controle de uma dada propriedade foi anexado à característica humana, permissivamente pelos desdobramentos do relacionamento social, indissolúvel em sua modernidade, o que contribuiu, ao caminhar dos processos históricos, para legitimação de *poder*⁷.

Ao passo de nosso desenvolvimento, propiciamos condições técnicas para que o relacionamento da espécie com o ambiente natural fosse mais ameno. O problema consiste em que - por consequência social, econômica, física, ou outro fator relevante - uma série de indivíduos, ao longo dos processos históricos, tiveram acesso às melhorias e um montante muito maior: não.

Rousseau expressa, ainda, analisando os prováveis motivos da desigualdade entre os homens, que, concomitante ao avanço e domínio técnico: os indivíduos aperfeiçoaram seu desenvolvimento social, culminando na individualidade de suas habitações; quanto mais avançava a técnica, mais avançava a particularização:

Quanto mais se esclarecia o espírito, mais se aperfeiçoava o engenho. Logo, deixando de adormecer embaixo da primeira árvore, ou de recolher-se a cavernas, descobriram alguns tipos de machados de pedras duras e cortantes, que serviram para cortar madeira, escavar a terra e fazer choupanas de ramagens, que de-

pois tiveram a idéia de revestir de argila e lama. Essa foi a época de uma primeira revolução que formou o estabelecimento e a distinção das famílias e que introduziu uma espécie de propriedade, da qual nasceram talvez muitas brigas e combates. No entanto, como os mais fortes foram provavelmente os primeiros a fazer habitações que se sentiam capazes de defender, é de se crer que os fracos julgaram mais rápido e mais seguro imitá-los do que tentar desalojá-los; e, quanto àqueles que já possuíam cabanas, nenhum deles deve ter procurado apropriar-se daquela do vizinho, não tanto por ela não lhe pertencer, mas por lhe ser inútil e por não poder apoderar-se dela sem expor-se a um combate violento com a família que a ocupava⁸.

Aos primeiros momentos da Civilização Ocidental - em relação à Grécia Clássica, principalmente - a inteligibilidade sobre o espaço começa a ser configurada de forma análoga aos períodos históricos precedentes. Através das percepções filosóficas, principalmente dos atomistas, é que surgiu a possibilidade de utilizar a abstração para se compreender o *espaço* e a *matéria* com distinção entre as partes:

O desenvolvimento do conceito de espaço, separado de espaço e lugares particulares, coincidiu com um marco mais importante da história humana - as origens da Filosofia, do pensamento conceitual, que não é mais de-

7. “Quando se define os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não. O fundamental seria a força da proibição. Ora, creio ser esta uma noção negativa, estreita e esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou. Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, M., 1979, p.7-8)

8. ROUSSEAU, J., 2005, p.207-8.

corrência direta da atividade prática imediata. Os primeiros filósofos gregos continuaram confundindo espaço com matéria, mas como é evidente no caso de Pitágoras, eles também foram capazes de ver o espaço em termos conceituais mais abstratos. Mais tarde, as teorias de Aristóteles e Platão e dos atomistas gregos foram capazes de considerar o espaço como algo ainda mais separado da matéria vendo-o como cada vez mais independente. Para Platão, o espaço vazio é visto como um substrato material indiferenciado, o que levou a reduzir a matéria ao espaço, tema este discutido atualmente. Tomando um rumo diferente, Aristóteles comparou o espaço a um campo de força, tema que também permanece até hoje⁹.

A filosofia grega, que procurou compreender o espaço separado da *matéria*, iniciou o convite a uma nova possibilidade de discussão, que se avolumaria ao longo do tempo, e que foi apreendida, proporcionalmente, à medida que o espaço e a *matéria* se distanciaram, enquanto método.

Na história romana – que, inclusive, foi uma sociedade que absorveu muitos elementos da cultura helenística – é perceptível o interesse de alguns homens públicos sobre a manutenção da população em suas propriedades. Salvaguardadas as devidas proporções, alguns líderes romanos compreendiam – através de uma percepção abstrata sobre a realidade vivida – que a terra poderia agir como “*campo de força*”, não em um

sentido atômico como fora explorado na Filosofia aristotélica, mas em relação a dois aspectos que convergem em um. No primeiro aspecto, pode-se compreender que, de acordo com as configurações sobre a distribuição de terras até o Império, os governantes de Roma, sob um aspecto geral, não tiveram o compromisso de destituir da terra as famílias que pertencessem aos povos que fossem conquistados e se aliassem ao poder central. Essa característica favorecia Roma em caso de ataque inimigo, visto que os pequenos proprietários lutavam na defesa de suas propriedades, auxiliando de forma indireta os exércitos oficiais. O segundo aspecto está vinculado à distribuição de riquezas, posto que conforme o pequeno proprietário era impulsionado a abdicar de suas terras por consequência latifundiária, o cenário urbano inflava, aumentando a pobreza e os questionamentos populares de forma proporcional ao êxodo rural, algo que preocupou muitas autoridades romanas do período, o que nos indica que a convergência dos dois aspectos apresentados se direcionaram à estabilidade:

Uma das fragilidades do império romano era a redução contínua do número de pequenos proprietários terreiros, freqüentemente engajados nas guerras. O latifúndio, fundado no trabalho escravo, com sua expansão contínua, também contribuiu com a redução da produtividade. O projeto de reforma de Otaviano se articulava em volta da reconstituição de uma camada social que, por intermédio da gestão

9. SMITH, N., 1988, p.113-4.

direta e constante das pequenas propriedades, reconstruísse um poderio produtivo com base mais sólida. A questão central não era, porém, somente de ordem econômica: tratava-se de estabelecer uma forte ligação do cidadão com a terra, para que ele a defendesse contra os invasores¹⁰.

Antes de Otaviano, também é possível perceber – através de Júlio César, enquanto cônsul da República Romana – que a preocupação contra a posse da terra por grupos latifundiários prejudicaria o desenvolvimento do relacionamento entre o poder e o povo, mas os interesses da aristocracia convergiram para situações diferentes.

Além do mais, nesse período, é possível identificar o início de relações que fundamentaram boa parte do escalonamento social da Idade Média, baseados numa situação de interdependência entre os membros sociais a partir de costumes romanos, sobre a utilização e proteção da terra, com a junção de tradições germânicas, fundamentadas aos liames da fidelidade.

Contudo, o período medieval - em seu universo feudal – provocou um estreitamento entre os indivíduos e o acesso à terra, devido às intercorrências das desagregações do Império Romano, e, posteriormente, o Império Carolíngio.

Mesmo entendendo as derivações dos estamentos – que equacionava a sociedade em classes

difícilmente mutáveis - compreende-se que, raramente, os indivíduos seriam excluídos da gleba. Por mais paupérrima que fosse a situação, os “*espaços de riquezas*¹¹” eram garantidos aos grupos que partilhassem os mesmos laços culturais, fundamentados, principalmente, na fé religiosa e no *status quo*:

O camponês alto medieval se ocupa de forma parcial do cultivo das terras, pois é também caçador, pescador e criador (...). A figura do camponês na Alta Idade Média é dúplice: ao lado das obrigações de colonização com o senhor, em força de um contrato ou de hábitos, associava-se a exploração da floresta e seus recursos (...) [na Baixa Idade Média, de acordo com as representações sociais contidas nas *Iluminuras*] os camponeses dos ciclos dos meses, responsáveis pela fartura na mesa do senhor, podem ser representados em sua sujeição ao senhor: nunca, todavia, revelam sinais de indigência¹².

Ao final do período medieval, em momentos mais favoráveis ao reflorescimento urbano e comercial europeu, é possível perceber um crescente aumento da miséria e pobreza urbana, característica de uma sociedade que se avoluma e se fragmenta cada vez mais. Grupos camponeses, seduzidos pela possibilidade de ascensão social e econômica, buscaram a vida urbana, local em que a adaptação não era simples, nem visava a interdependência e o equilíbrio¹³.

10. CRIPPA, G., 2010, p.4.

11. Riqueza é tudo aquilo que é atribuído pelo ser humano como algo de valor, indistintamente. Através dos espaços criados pelo relacionamento entre sociedades e os indivíduos, aparentemente a busca pela produção e exploração de riquezas aumenta. Dessa relação, entende-se que *espaço de riqueza* é uma abstração sobre aquilo que a sociedade considera valioso diante de suas necessidades, que, por si, equaciona as atividades influenciadas pelo poder, sejam estas para visar mais controle sobre povos e nações, ou para equilibrar as discrepâncias.

12. CRIPPA, G., 2010, p.5-10.

13. Por mais onerosa que fosse a vida do trabalhador rural, sob um aspecto

geral, o servo, o camponês e o vilão tinham acesso ao sistema econômico, posto que sua base de trabalho e posição social estava estreitamente vinculada com a terra, mesmo esta não lhe pertencendo. Além do mais, entende-se que os trabalhadores feudais ainda tinham acesso aos *lugares geográficos*, como bosques, riachos e outros ambientes naturais próximos às localidades senhoriais. Outro fator que merece destaque é entender que o trabalhador rural não era o estrato mais poderoso da sociedade medieval, porém, era base desse sistema, e, portanto, seu *lugar social* era garantido e fundamental para a manutenção de um universo social estabelecido através do privilégio.

Porém, não foi uma época que passou despercebida aos olhos de seus contemporâneos. É possível identificar, entre os séculos XIII e XVI, rupturas importantes nos costumes e na maneira de entender o lugar, o espaço. Artistas pintores como Ambrogio Lorenzetti¹⁴ e Pieter Bruegel¹⁵ demonstram parte desse universo característico.

Na literatura, as percepções acerca dos conflitos da época são expressões também muito valiosas. Pensar e idealizar um ambiente novo, onde não haveria corrupção entre os entes, um local que permitisse compartilhar os múltiplos espaços, sem interferência da ganância e do desejo predatório é uma preocupação exposta na Utopia, de Thomas Morus, que apresenta a administração de Henrique VIII, mas permite uma reflexão complexa para a Europa do século XVI:

Desse modo, a fim de que um único glutão de apetite insaciável, temível flagelo para sua pátria, possa cercar com um único cercado alguns milhares de hectares de um único dono, granjeiros serão expulsos de suas casas, geralmente despojados de tudo que possuíam, seduzidos por engodos ou constrangidos por atos de violência (...) De fato, o trabalho dos campos, cuja rotina possuem, deixou de ser praticado no momento em que se parou de semear. Um único pastor, um único vaqueiro são suficientes para uma terra transformada em pasto aos rebanhos, terra que, quando era semeada e culti-

vada, reclamava muitos braços. É o que faz que o preço do trigo aumente em muitas regiões. Mesmo a lã se torna tão cara que as pessoas humildes, que tinham o costume de tecê-la, não têm condições de comprá-la, o que agrava ainda mais o desemprego (...) De resto, mesmo se o número de carneiros aumenta, os preços não baixam. Pois, se não se pode falar de monopólio quando há mais de um vendedor, a lã constitui pelo menos um oligopólio. Ela está nas mãos de alguns homens muito ricos que não têm necessidade de vendê-la a não ser quando têm vontade. E eles só tem vontade quando os preços lhes são vantajosos¹⁶.

Esse período da história inglesa, repleto de tumultos, viu nascer uma concepção científica que iria promover uma nova tônica de leitura sobre o mundo, sobre o Universo. Através de Isaac Newton, e seus estudos matemáticos, físicos e filosóficos, a concepção de espaço seria mais abstraída, possibilitando a criação de outros campos de observação, através da amplitude e magnitude em sua interpretação científica.

Havia vários conceitos sobre o *espaço*, que variavam entre si, aproximando-se às vezes. Na realidade, foi obra de Newton agrupá-los de forma inteligível. Através de formulações entre o *espaço relativo* e o *espaço absoluto*, Newton demonstra o caráter abstrato e interpretativo do assunto, o que provoca uma ampliação na maneira de entender “os espaços”:

14. Artista italiano, cujas produções artísticas datam do século XIV. Dentre suas características, importante é frisar o afresco *Allegoria do Bom Governo* (1338-1340), cujas expressões técnicas demonstraram como seria uma boa administração pública em um burgo medieval, consistindo nesse ponto, uma de suas críticas fundamentais.

15. Pintor flamengo do século XVI deixou, através de suas expressões artísticas, cenas do cotidiano, cujas apresentações buscavam demonstrar características individuais de comportamento, bem como a aglutinação de aspectos das atividades urbanas e rurais no mesmo plano, promovendo cenários característicos do período, como a obra *Provérbios Neerlandeses* (1559).

16. MORUS, T., 1997, p.32-3.

17. SMITH, N., 1988, p.114-5.

18. MAQUIAVEL, N., 2010.

19. COMTE, A., 1978.

20. DURKHEIM, E., 1979.

21. Sérgio Buarque de Holanda aponta, em relação ao Brasil, certas características da absorção positivista: “Não existiria, à base dessa confiança no poder milagroso das idéias, um secreto horror à nossa realidade? No Brasil, os positivistas foram sempre paradoxalmente negadores. Não eram positivos – pode dizer-se – em nenhum dos sentidos que a essa palavra atribui Augusto Comte em seu *Discurso sobre o espírito positivo* (...) Mas seu instinto essencialmente negador vedou-lhes continuamente a possibilidade de inspirarem qualquer sentido construtivo, *positivo*, aos nossos negócios públicos. As virtudes que ostentavam – probidade, sinceridade, desinteresse pessoal – não eram forças com que lutassem contra políticos – mais ativos e menos escrupulosos”. (HOLANDA, S., 1995, p.159).

(...) a completa abstração do espaço físico em relação com a matéria acarretou a possibilidade de definir outros tipos de espaço distintos do espaço físico; quando o espaço físico tornou-se absoluto, ele deixou atrás de si um “espaço” conceitual que eventualmente seria preenchido por conceitos tais como o de “espaço social”. Enquanto o espaço e a matéria permaneceram, de algum modo, confundidos, a atividade material humana não pôde ser conceituada em abstração ao espaço físico. Mas a medida em que o espaço da atividade humana é inseparável dos eventos e objetos materiais que constituem aquela atividade, o conceito absoluto era incapaz de definir este espaço “social”, uma vez que ele era completamente independente dos fenômenos materiais¹⁷.

Esse foi um importante passo no desenvolvimento epistemológico, porém o diálogo não terminaria com Newton, principalmente sobre assuntos que questionaram as singularidades entre *espaço relativo* e *espaço absoluto*.

Porém, em termos sociais, a época absolutista foi um período de concentração do poder, e este era difundido através dos organismos políticos¹⁸.

Todo esse conjunto de fatores impulsionou, em algumas sociedades, o estímulo à mudança; era a tentativa de controle sobre os “*espaços políticos*” que motivaram os franceses no período Iluminista, justamente por haver uma consciência coletiva

sobre a relação entre a posição social e oportunidades, sendo que essas eram distribuídas à medida de favorecimentos dos que ocupavam postos de prestígio. A ideia era se apoderar dos “*espaços de poder*”, ou seja, os “*espaços políticos*”, para que fosse garantido o acesso à riqueza.

O Iluminismo possibilitou diversas oportunidades interpretativas sobre a sociedade. A partir desse período, o pensamento francês buscou ser cada vez mais objetivo, visando o progresso científico e social, o que, de certo, fermentaria as ideias da *Escola Positivista*¹⁹, que compunha, em essência, estruturas filosóficas que percebiam, através da observação dos organismos sociais, um sentido que seria caracterizado posteriormente como evolucionista.

Essa nova maneira de interpretar o mundo faria surgir um modelo para a compreensão da sociedade: o espaço social, fundamentado por Durkheim²⁰, no final do século XIX²¹.

Através da abstração da nascente sociologia (física social) foi possível à humanidade questionar-se, visto que as ferramentas metodológicas criaram subsídios para facilitar na compreensão daquilo que não fosse facilmente perceptível, como alguns elementos que constituem *matéria*.

No mesmo período, através dos estudos de matemática e física, o austríaco Ernst Mach tenta provar ao máximo que a estrutura do *espaço ab-*

soluta dependia completamente do desenvolvimento da *matéria*, o que reforçou a tônica sobre a supremacia do *espaço relativo*. Esse assunto também despertou interesse em Albert Einstein, que inclusive tentou provar a perspectiva sob o nome “Princípio de Mach”. O que nos estreita nessa problemática é característica da física e da matemática no início do século XX, que buscou relativizar seu conhecimento, considerando-se formulações sistêmicas que permanecem no século XXI, e que ainda funciona como força motriz para pesquisas científicas que buscam compreender a veracidade da formulação:

A teoria da relatividade não diz que a concepção de Ptolomeu está correta; ela, em vez disso, combate a importância absoluta de ambas as teorias. Ela pode defender tal posição somente porque o desenvolvimento histórico se deu em ambas, e porque a conquista da cosmologia ptolomáica por Copérnico deu origem à nova mecânica, que por sua vez nos deu os meios para também reconhecer a unilateralidade da visão-de-mundo copernicana. O caminho para a verdade seguiu, nesse caso, a forma mais pura da dialética que Hegel considerava essencial em todo desenvolvimento histórico²².

Com contribuições da astronomia, Einstein relativizou o espaço, mencionando que este seria moldável pela *matéria*, na realidade seria o *espaço-tempo*, um elemento presente em toda parte, com características completamente distintas e

incompreensíveis até então.

Sendo assim, compreende-se que os componentes físicos influenciam diretamente no *espaço-tempo*, permitindo à abstração humanística entender que os agentes sociais influenciam seu meio.

Através da ampliação de perspectivas relativistas - que possuem um estreitamento singular pelas contribuições da física e matemática pós Einstein - o conhecimento ampliou suas maneiras metodológicas de leitura perspectiva. Essa exposição de ideias abstratas permitiu ao século XX e XXI subsídios para a construção de modelos que facilitaram e continuam contribuindo na compreensão, tanto das ciências exatas, quanto de outras áreas do conhecimento.

Sendo assim, em termos organizacionais, e refletindo acerca *espaço econômico*, é que o pensamento francês, expresso nas análises de Boudeville, irá equacionar o fator da distribuição de riquezas no relacionamento entre pólos e regiões produtoras, na perspectiva de contribuir para esclarecimentos sobre as possíveis desigualdades, além de demonstrar a característica negativa da interferência inibidora no processo de acessibilidade e facilidade sobre desenvolvimento; divide-se assim, em três perspectivas distintas: *região homogênea*, *região polarizada* e *região piloto (programa)*.

Na região homogênea, observam-se os meios produtivos – em geral, monoculturas, ou indús-

22. SMITH, N., 1988 apud JAMMER, Max, 1969, p.116.

trias de padrões similares - grau de escolarização e paisagens naturais, que caracterizem a equidade ou proximidade, distinguindo-se possíveis fronteiras, através da discrepância. Na situação de regiões polarizadas, percebe-se a existência de uma economia mais dinâmica, podendo ocorrer, em certas regiões, o trabalho interdependente, principalmente na produção de gêneros que necessitem de uma infraestrutura mais complexa, desde níveis e diversificações no ramo educacional às redes de transporte que permitam o fácil fluxo de matérias primas, bem como a inserção da produção no mercado consumidor, seja ele nacional ou internacional. Já a região piloto é caracterizada pela centralização do poder, escalonando as necessidades regionais de forma a permitir uma constante influência sobre as demais regiões:

O interesse supremo do espaço homogêneo e do espaço polarizado é tão-somente esclarecer uma política e ajudar a construir um espaço piloto (programa) mais aprimorado possível. É de grande valia, por conseguinte, o estudo dos instrumentos de uma política econômica regional²³.

Porém, mesmo em regiões econômicas privilegiadas, a desigualdade no acesso a riqueza é algo existente e não pode ser descaracterizada. É claro que com investimentos e auxílios constantes por parte das autoridades, incluindo-se, desde a infância, o aparato educacional como fundamental, e, posteriormente, a inclusão ao mercado de trabalho com o devido apoio técnico

e remuneração adequada, as adversidades que desprivilegiam os indivíduos tendem a diminuir de forma vertiginosa, ao menos no plano abstrato. Mas, ainda há outra necessidade: a de ser questionada se a diminuição da pobreza, de fato, é o interesse de grupos mais abastados da sociedade, principalmente no meio urbano. Permitir, aos grupos desfavorecidos, um maior acesso à riqueza é o mesmo que restringir parte da utilização desta por grupos de privilégios?

Os valores econômicos, culturais e sociais das cidades exercem anualmente um benéfico atrativo sobre milhões de habitantes de todo o mundo. E boa parte dos males da urbanização, quando examinados de perto, aparecem como transplantes da pobreza rural para o seio das cidades onde essa pobreza passa subitamente a constituir um contraste ou a representar a incapacidade do imigrante em adaptar-se a um novo tipo de vida. Certas reticências administrativas talvez se devam, da mesma forma, ao peso das tradições e à dificuldade de utilizar soluções novas, adequadas aos problemas de nossa época. O certo, em todo caso, é que em todo país em via de desenvolvimento econômico e demográfico não haverá, durante a nossa geração, a menor possibilidade de reversão do processo de urbanização e que os únicos países que se poderão tornar importantes em escala mundial serão os que souberem adaptar-se e utilizar esta força temível²⁴.

23. BOUDEVILLE, J., 1973, p.13.

24. Ibidem., p.43.

Realmente a apreensão de Boudeville faz sentido, em relação ao “processo de urbanização” que se intensificou de forma crescente – desde que a indústria se tornou a espécie de produção mais aceita – o que leva a crer na improvável irreversibilidade urbana. Portanto, pensar e repensar o ordenamento, funcionamento e acessibilidade dos meios urbanos aos diversos grupos sociais nele inseridos é uma necessidade real e urgente, justamente porque os novos métodos produtivos criam os espaços fracionados nas cidades, divididos por necessidades pré-estabelecidas, de acordo com uma lógica de *bem-estar*, explorada veemente, principalmente pelos incorporadores imobiliários, configurando o cenário atual do *espaço urbano*²⁵.

Uma breve reflexão sobre a distribuição do espaço no Brasil

Pensar sobre o adensamento urbano ao longo da História do Brasil, desde as primeiras atividades coloniais portuguesas é refletir sobre o termo desorganização, visto que a Metrópole não desejava implementar qualquer desenvolvimento nestas terras. O intuito era a exploração, o lucro e o comércio ultramar²⁶.

No início da colonização, o sistema de Capitânicas Hereditárias e as Sesmarias propiciaram o latifúndio, algo que prejudicou o desenvolvimento interno, no que consiste à distribuição de riquezas. Porém, como fora dito, não era esse o intuito metropolitano²⁷.

O desenvolvimento urbano, quando ocorria, era para fomentar os desejos gananciosos dos empreendimentos coloniais, promovendo, desde sua origem, Povoados, Vilas e Cidades esquizofrênicas:

No Brasil, onde imperou, desde tempos remotos, o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização – que não resulta unicamente do crescimento das cidades, mas também do crescimento dos meios de comunicação, atraindo vastas áreas rurais para a esfera de influência das cidades – ia acarretar um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje²⁸.

É importante ressaltar que após 1808, em algumas localidades bem específicas, ocorrem melhorias significativas, mas de forma a contribuir para uma vida nobiliárquica de grupos de poder que viram no Brasil a chance de escapar dos conflitos gerados pelas invasões napoleônicas na Europa.

Quando a oportunidade de construir uma República se torna uma realidade – buscando desmontar a sociedade de privilégios, fundamentada nas linhagens e nos títulos reais concedidos - algumas esperanças sobre o gerenciamento coletivo desabam à medida que o regime se desdobra e demonstra sua essência oligárquica:

A República brasileira, à diferença de seu mo-

25. CORREA, R., 2004.

26. PRADO JÚNIOR, C., 2000.

27. FAUSTO, B., 2003.

28. HOLANDA, S., 1995, p.145.

delo francês, e também do modelo americano, não possuía suficiente densidade popular para refazer o imaginário nacional. Suas raízes eram escassas, profundas apenas em setores reduzidos da população, nas camadas educadas e urbanas. O grosso da nação era-lhe alheio, se não hostil. Sua proclamação por iniciativa militar também não contribuiu para popularizá-la. O esforço de recriar o imaginário caía no vazio, quando não encontrava resistência ou se prestava ao ridículo²⁹.

A República se constrói ao modelo francês positivista, buscando a negação de seu passado rural, tido como atrasado. A tônica do regime era o desenvolvimento, o progresso, a urbanização. Porém, através dos registros históricos, percebe-se que a modernidade desejada não foi realizada de forma isonômica. Os melhoramentos urbanos, de fato, começam a ocorrer com maior frequência, mas a grande parcela da população não teve acesso às novidades urbanísticas, foi excluída e subjugada.

Através de um brilhante e elucidativo trabalho, Sidney Chalhoub expõe as condições habitacionais da capital federal brasileira no início do regime republicano. Em um cenário completamente sujo e desordenado, Chalhoub demonstra como os administradores públicos agiam em relação aos desfavorecidos, que, em geral, moravam em cortiços centrais da cidade:

É possível discernir com clareza o eixo fundamental de toda essa primeira década de discussão sobre os cortiços: era necessário melhorar as condições higiênicas das habitações coletivas existentes (...) A maneira de encarar o problema, todavia, iria mudar radicalmente nas décadas seguintes: na formulação de Maurício de Abreu, a ênfase deixaria de ser prioritariamente a *forma*, as condições de moradia, e passaria a ser o espaço, o local de habitação (...) Estavam-se engendrando os instrumentos legais para a guerra de extermínio contra os cortiços ou – o que dá quase no mesmo – para a política de expulsão das ‘classes pobres’/‘classes perigosas’ das áreas centrais da cidade³⁰.

Ser otimista em relação à situação social do Brasil é como andar descalço em cacos de vidro, há muitos que têm a iniciativa de contribuir para uma sociedade de mais oportunidades; outros tendem a burocratizá-la ao máximo que podem. Há muita desigualdade, muita concentração de renda. Porém, ao menos, as autoridades atuais reconhecem a precariedade do sistema, entendendo que a configuração atual foi formulada através de uma sucessão de equívocos administrativos passados, mas essa análise não pode servir de motivo para que os gestores e legisladores públicos possam imiscuir-se do problema, novamente. Na realidade, entre a lei e sua aplicabilidade há um abismo real.

29. CARVALHO, J., 1990, p.128.

30. CHALHOUB, S., 1996, p.33-4.

Pensando nisso, o Senado Federal, em parceria com outros órgãos, formulou o Estatuto da Cidade (Lei 10257/01), para que fosse melhor controlada a distribuição *espacial* no Brasil:

Como tem sido enfrentado o tema do controle da cidade e da expansão urbana nas cidades brasileiras? Em primeiro lugar, estabelecendo uma contradição permanente entre ordem urbanística (expressa no planejamento urbano e legislação) e gestão. O planejamento – principalmente por meio de Planos Diretores e de zoneamentos – estabelece uma cidade virtual, que não se relaciona com as condições reais de produção da cidade pelo mercado, ignorando que a maior parte das populações urbanas tem baixíssima renda e nula capacidade de investimento numa mercadoria cara – o espaço construído. O planejamento urbano, e sobretudo o zoneamento, define padrões de ocupação do solo baseados nas práticas e lógicas de investimento dos mercados de classe média e de alta renda e destina o território urbano para estes mercados. Entretanto, embora estes mercados existam, sua dimensão em relação à totalidade do espaço construído e da demanda por espaço urbano corresponde à menor parcela dos mercados. Desta forma, os zoneamentos acabam por definir uma oferta potencial de espaço construído para os setores de classe média e alta muito superior a sua dimensão, ao mesmo tempo em que geram uma enorme escassez de

localização para os mercados de baixa renda, já que praticamente ignora sua existência³¹.

Observando-se o Art. 2º em seu inciso IX, bem como seu comentário, percebe-se o estímulo à alteração do quadro urbano nacional, quanto à isonomia na distribuição e acesso aos *espaços de riquezas*:

IX – justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização. O desenvolvimento urbano e os investimentos públicos nas cidades causam profundos impactos nas condições econômicas e sociais da população e de seu patrimônio imobiliário.

Um dos objetivos da política urbana passa a ser o estabelecimento de mecanismos de correção dessas distorções, de maneira a compensar perdas ou ganhos excessivos em decorrência das alterações na dinâmica e dos investimentos públicos e privados na cidade³².

Essa questão precisa ser muito bem fiscalizada por parte da sociedade civil, visto que, em termos históricos, foi um grande avanço. Porém, a lei regulamenta, mas nem sempre os municípios cumprem. Solucionar os problemas do *espaço urbano*, em relação à sua distribuição, é uma tarefa complicada, posto que existem muitos interesses em jogo, e, pelas observações cotidianas é visível o abismo que há entre a lei e a prática.

31. FEDERAL, Senado, 2005, p.25.

32. Ibidem, p.34.

Na realidade, através de observações sociais no Brasil do século XX, o desprezo aos mais desfavorecidos foi decorrência do direcionamento prático de políticas públicas, que visou aproveitar o solo urbano especulando-o:

O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem³³.

Contudo, o problema ainda persiste, mesmo a legislação regulamentando situações que inibam a especulação, que, por si, produz um mercado de moradias em áreas amenas, o que provoca um aumento de habitações em áreas de risco.

Através dos mapeamentos realizados pelo Censo 2010, pelo IBGE, é possível identificar a precariedade nacional quanto às acessibilidades ao *espaço de urbano*. Verifica-se um altíssimo índice de domicílios em condição de aglomerados subnormais³⁴, sendo que todos, de média ou grande

intensidade, estão situados em regiões de muita prosperidade, demonstrando que a questão das regiões de desenvolvimento, expressas por Boudeville, não estão funcionando harmonicamente no Brasil:

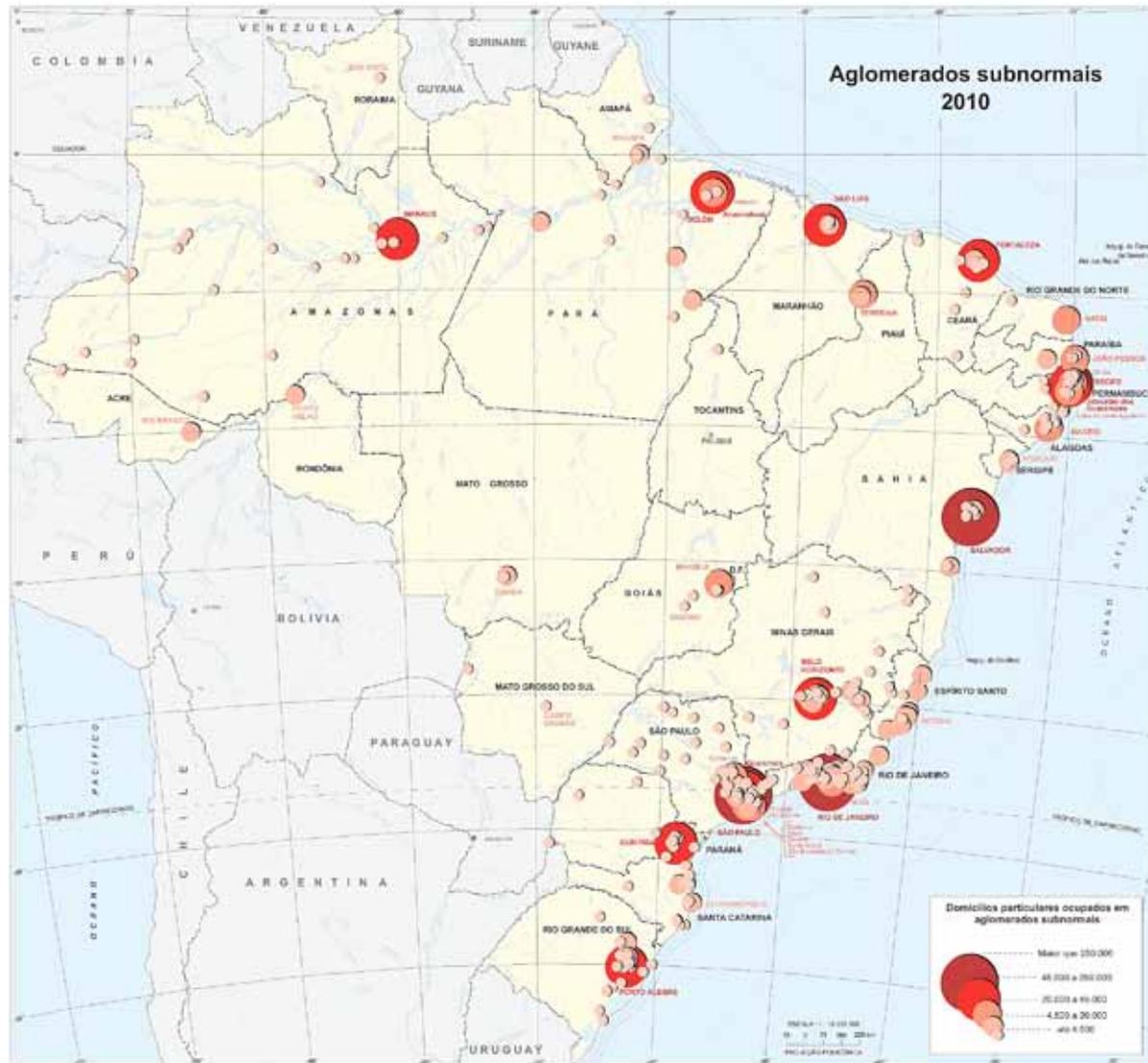
Um país com 11.149.000 de moradias fincadas em aterros sanitários, lixões e áreas contaminadas, 27.478 casas erigidas nas imediações de linhas de alta-tensão, 4.198 domicílios perto de oleodutos e gasodutos, 618.955 construções penduradas em encostas. Sinais de precariedade, informalidade, improvisação e até perigo, em graus variados, ajudam a formar o retrato do Brasil desenhado pela pesquisa Aglomerados Subnormais – Informações Territoriais, divulgados ontem pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)³⁵.

De acordo com essa realidade, percebe-se a fragilidade da distribuição dos *espaços de riqueza no Brasil*, sendo que, em nosso caso, a formulação de regiões polarizadas não está equacionada para a possível diminuição da miséria, e sim, para enriquecer pequenas parcelas da sociedade. A dimensão deste problema é enorme, encontramos a pobreza, com maior facilidade, nos mesmos centros que encontramos a riqueza bruta. Na realidade, em consonância com as observações de François Choay:

33. CORREA, R., 2003, p.5.

34. Para maiores detalhes acessar: <http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>

35. Diário de Sorocaba, 07/11/2013, p. A-5.



(Figura 1. Aglomerados Subnormais. Fonte: Atlas do Censo Demográfico 2010, p.129).

36. CHOAY, F., 2013, p.1.

A sociedade industrial é urbana. A cidade é o seu horizonte. Ela produz as metrópoles, conurbações, cidades industriais, grandes conjuntos habitacionais. No entanto, fracassa na ordenação desses locais³⁶.

Conclusão

Através de uma observação holística do tempo foi possível perceber que o ser humano, em seus estágios iniciais, não distinguia *espaço de matéria*, tudo era a Natureza, disposta a fornecer uma diversidade intensa de recursos.

Ao passo do desenvolvimento dos processos históricos, alguns indivíduos perceberam o *espaço* em formas distintas, separado, agregado ou relativo, em relação à *matéria*. Essa alteração de perspectivas permitiu formulações teóricas em outras áreas do conhecimento, que utilizaram avanços da física e da matemática para corroborarem interpretações acerca da economia, da cultura, do poder, da urbanidade, da sociedade, enfim, o ser humano aprendeu a “*criar espaços*”.

Porém, através das perspectivas metodológicas utilizadas ao longo deste trabalho foi possível identificar que, enquanto abstrações humanísticas: geramos *espaços*. Mas, enquanto prática não os gerimos equilibradamente.

Talvez, esse contexto se tornou real pela individualização das necessidades humanas, sob um aspecto geral. Sendo assim pode ser demasiada ou escassa a quantidade de itens que compõem as necessidades individuais, porém, o devido juízo de valor entre o essencial e o fútil pode ser equacionado pela proporcionalidade ao acesso aos *espaços de riquezas*?

Caso o necessário seja o indispensável, seja o que queremos – em relação ao que precisamos – torna-se inútil e desnecessário mencionar que o elo que une as pessoas à primordialidade de habitar, por exemplo, é tão antigo e vinculado à espécie, que o interesse predatório dos incorporadores e especuladores imobiliários atuais enquanto agentes modificadores do *espaço urbanizado* - deveria ser algo inconsistente no pensamento republicano brasileiro, mas ainda não é.

Restringir um ser humano de sua acessibilidade em qualquer espaço é proibi-lo de compartilhar sua inerente necessidade vital, que inclui o habitar locais seguros e dignos, participar diretamente da organização política, ter acesso ao ambiente natural saudável e limpo, não ser privado do convívio social, ter liberdade de manifestar suas tradições.

Esse não é um trabalho acabado em si, somente um elemento somatório aos diversos debates sobre o tema, na tentativa de contribuir para uma compreensão sobre os espaços, o ser humano e a Natureza.

Referências

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **A sociedade feudal**. Lisboa: Ed.70, 1998.

BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências sociais**: a longa duração. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

BOAS, Franz. **A mente do ser humano primitivo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

BOUDEVILLE, Jacques Raoul. Os espaços econômicos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das Almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Choay, Françoise. **O urbanismo**: utopias e realidades, uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 2013.

CLARK, Grahame. **A Pré-História**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

COMTE, Auguste. **Discurso sobre o Espírito Positivo**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

CORREA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2004.

CRIPPA, Giulia. Rev. Nutr. [online]. 2010, vol.23, n.1. "Representações iconográficas e literárias da produção de alimentos: espaços, atores e ideologias entre Antiguidade e Idade Média". Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732010000100016&lang=pt

DARWIN, Charles. **A origem das espécies**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1987.

DURKHEIM, Emile. **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: USP, 2003.

FEDERAL, Senado; CIDADES, Ministério das; FEDERAL, Caixa Econômica; PÓLIS, Instituto. **Estatuto da Cidade**: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Brasília: Senado Federal, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Penguin, 2010.

MORUS, Thomas. **A utopia**. Porto Alegre: L&PM, 1997

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: Natureza, Capital e a Produção de Espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

Outras fontes:

Diário de Sorocaba, 07/11/2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 2010: Resultados gerais da amostra. Acesso realizado em: <http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>

